

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

José Marconi Medeiros de Souza

Vice-Presidente da CNC



Suplente

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE/CNC)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 1º de dezembro de 2021

O evento teve transmissão on-line, com mais de 30 pessoas presentes, enquanto a maior parte da plateia se encontrava de forma remota, com pouco mais de 70 espectadores.

Com a participação presencial de quase todos os coordenadores da iniciativa privada, foi possível fazer apresentação de ações em andamento, assim como das projeções de trabalho para 2022.

A apresentação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas se destacou nos pouco mais de 20 minutos cedidos ao representante da CNC para fazer comentários a respeito.

Houve um sentimento de geral de satisfação com o êxito da entrega do trabalho e a expectativa quanto à assinatura do decreto por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro.

A primeira apresentação coube a Mauro Oddo, especialista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que discorreu sobre a intenção das entidades de abraçarem a ideia de se criar um sistema de financiamento para as micro e pequenas empresas vinculado a algum percentual sobre o faturamento.

Esse mecanismo já existe no exterior, em países como Austrália e Nova Zelândia. No entanto, ele se relaciona com o crédito educativo e a estimada capacidade de pagamento por parte do tomador, graças ao potencial de ganhos futuros do estudante.

Adaptá-lo para as MPEs seria um grande desafio no Brasil. A apresentação foi alvo de inúmeros questionamentos pelo interesse que despertou entre os participantes, tendo em vista que é inovadora e exequível. O impacto estimado sobre as contas públicas seria de apenas R\$ 10 bilhões anuais.

Quanto aos demais Comitês Temáticos, a CNC ficou incumbida de coordenar o grupo de trabalho que irá estudar o Sistema Nacional de Fomento para as MPEs. Este estudo é uma das pautas do CT 1 - Racionalização Legal e Burocrática, que tem procurado trabalhar a revisão da Lei Complementar nº 123/2006.

No CT de Acesso a Mercados, continuam os trabalhos pela maior participação das MPEs no comércio exterior, principalmente através da redução da burocracia e do aumento da digitalização, simplificação de procedimentos e integração de sistemas.

No CT Investimento, Financiamento e Crédito, foi feito um rápido balanço sobre as ações do governo durante a pandemia: Pronampe, fintechs e Empresas Simples de Crédito (ESC). Ao que tudo indica, não devem prosperar temas como cédula de crédito empresarial e criação de fundo para as MPEs em decorrência do pagamento do Simples Nacional, através de um percentual pequeno das contribuições.

Sobre o CT de Tecnologia e Inovação, as principais entregas foram citadas (cartilha do INPI e LGPD, entre outras), sendo que se prepara a criação de um sistema de divulgação das ações do Fórum Permanente.

Por fim, no CT de Capacitação Empreendedora, pretende-se divulgar ações de capacitação empresarial, visto que a ideia é fazer um levantamento das políticas de desenvolvimento do empreendedor que existem no país.